

--- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E QUATRO. -----

--- Aos vinte e quatro dias do mês de Abril do ano de dois mil e quatro, pelas dezoito horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Teatro Sá da Bandeira, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **Ponto Único** – SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DOS TRINTA ANOS DO VINTE E CINCO DE ABRIL. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- José Miguel Correia Noras, Luís Alberto Ferreira Leitão, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, António Carvalho Carreira, António Morgado Maurício D' Avó, Carla Andreia Costa dos Santos, Cláudio José Viveiros Sarmiento da Silva, Elmano de Almeida Matos, Eurico Mateus Guerra Saramago, Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, João Carlos de Almeida Ribeiro Martinho, José António Pisco Borrego, José Luís Marques Cabrita, Leonel de Matos Martinho do Rosário, Liliana Bento Oleiro, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Manuel Albino da Conceição Rosa, Mónica Isabel Duarte Mendonça, Nuno Miguel Freire Gameiro Castelbranco, Pedro Miguel Rodrigues Neves Veloso, Ricardo Zarco Martinho do Rosário, Rosalina da Piedade Melro Blaser Gaspar, Vasco Navarro da Graça Moura, Vicente Carlos Flor Batalha e Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves. -----

--- **Presidentes de Junta:** -----

--- José Ilídio da Fonseca Freire, Ezequiel Azinheira Louro, Joaquim Júlio da Luz Saramago, Manuel Joaquim Vieira, António Manuel Simões Cordeiro Duarte, Eva Sofia Ferreira Quaresma Costa, Joaquim da Silva Lucas da Graça, Basílio Duarte Oleiro, Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Luís Manuel Madeira Mena Esteves, João Júlio Almeida Meireles, Joaquim Manuel Gaspar Aniceto, Mário José Rodrigues dos Santos,

Francisco José Viegas Santos, Joaquim Manuel Barreiros Mateiro, Luís Manuel Graça Batista, Octávio Costa Filipe, Vítor Manuel da Costa de Oliveira Gaspar, Ricardo Luís da Costa, José Daniel Graça Madeira, Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro, Firmino Joaquim Prudêncio D' Oliveira e Joaquim António Salgado Canha.-----

---Verificaram-se as seguintes ausências:-----

---Ana Lúcia Moreira Machado Santos Virtudes, António Xavier Martins da Rocha Pinto, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, José António Rajani Oliveira Dias, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja, José António Coelho Madeira, António João Ferreira Henriques, Luís Maria Severino Arrais e Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha. -

---Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os seguintes membros da Assembleia:-----

---Carlos Manuel Luís Catalão, José Manuel Gaspar e Pedro Nuno Pimenta Braz.-----

---Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, dando início aos trabalhos com o **PONTO ÚNICO – SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DOS TRINTA ANOS DO VINTE E CINCO DE ABRIL**.-----

---O senhor **Presidente da Assembleia** saudou todos os presentes e esclareceu a metodologia definida pela Mesa e pelo Secretariado para o funcionamento da presente sessão.-----

---Depois, o senhor **Presidente da Assembleia** proferiu a seguinte intervenção:-----

---“Em nome da Mesa da Assembleia Municipal de Santarém tenho a honra de saudar o senhor General Ramalho Eanes, agradecendo vivamente o alto significado desta sua presença em Santarém, cidade de Abril e da Liberdade.-----

---“Os povos, os países, as pessoas passam momentos terríveis nas suas vidas. São momentos que humilham e insultam. Tempos de raivas contidas e lágrimas secas. O que é o homem sem liberdade?-----

---Entretanto a juventude gastava-se numa guerra ultrapassada. A morte, o sangue, o luto, a dor, as noites de insónia com o amigo morto nos braços...-----

--- E um dia, há sempre um dia em que as coisas acontecem, houve um passo em frente no longo caminho. Os jovens capitães, os nossos heróis, levantaram bem alto a bandeira da combatividade e do repúdio contra a ditadura, as polícias políticas, a censura a opressão e a vida de miséria... -----

--- Tudo começou com uma canção, tudo continuou com outra canção. Tudo se realizou com esperança, poesia, amor, humor e utopia.”-----

--- Estas palavras são de Helder Costa e foram ditas, exactamente há dez anos, em frente à Escola Prática de Cavalaria. Quem não está a ver, junto ao Jardim da República, nessa tarde memorável, o Mário Viegas, cidadão do mundo e da liberdade, renovando a crença na Revolução? Foi um hino ao “vinte cinco de Abril” e um ruidoso aplauso à memória de Salgueiro Maia. As normas de conduta deste herói de Abril constituem um exemplo sublime. Ficarão para sempre no altar da história, onde o destino conduziu o Capitão Salgueiro Maia ainda na verdura da sua juventude. -----

--- Senhor Presidente Eanes, -----

--- Minhas Senhoras e meus Senhores,-----

--- As apreciações destes trinta anos poderão mudar, consoante a óptica de cada um de nós. Porém, o país mudou, mudou muito e mudou para melhor. -----

--- Em Santarém, o trabalho vê-se. Só nos últimos dez anos, a Câmara construiu duas pontes sobre o Alviela, fez os acessos à auto-estrada e à nova ponte Salgueiro Maia, a maior de Portugal, a seguir à de Vasco da Gama. A autarquia edificou um complexo aquático e uma nave desportiva. Construiu diversas ETARs e erradicou as lixeiras no concelho. Todos os lugares deste município — mais de duzentos — têm água canalizada desde mil novecentos e noventa e sete. A Câmara Municipal lançou a projecção de Santarém no espaço da Lusofonia, criando a Casa do Brasil, onde está instalado o consulado deste país. Simultaneamente, abriu os monumentos classificados, refuncionalizou o museu municipal, plantou novos jardins, como o de S. Domingos, e promoveu a edição de várias dezenas de livros. Tudo isto é obra das equipas pluripartidárias que o Poder Local de Abril permitiu criar nosso país. -----

---São naturais as críticas, tanto na vida pública, como na acção política. As metas a perseguir e os novos caminhos a percorrer na vida autárquica não nos confrontam com a exigência da homogeneidade de pensamento, antes nos impelem a estimular a diversidade de perspectivas e de projectos políticos. Sobre o Poder Local poderão existir muitas abordagens. Todavia, as mais fundas raízes do desenvolvimento de Portugal, nos últimos trinta anos, ficaram a dever-se ao municipalismo e à sua força empreendedora. Nesta oportunidade, gostaria de lembrar, como homenagem ao municipalismo, o seguinte excerto do jornal *Distrito de Évora*, de dezassete de Março de mil oitocentos e sessenta e sete: “O homem livre — nos municípios livres, representados por uma Câmara livre — é esta a forma mais democrática de Governo. Os municípios, com a sua individualidade moral são uma escola de ideias, de sentimentos, de concepções, uma iniciação à vida política. Os municípios, recolhida a sua acção sob saudáveis prescrições, enrijam a alma popular pelo embate incessante e fortificador de interesses colectivos, de organizações, de contrariedades, de trabalhos, pois é a luta que dá a robustez. Tudo isto é a primeira causa de actividade, de economia, de dedicação, de moralidade, de elevação, e de amor da Pátria. -----

---E o amor da Pátria, mais do que nunca é preciso a este país enfraquecido. Se o povo não o defender quem o defenderá? Se o povo estiver inerte e estiolado quem velará pelo país? Quem se deixa adormecer numa floresta infestada, acorda roubado e nu. O mundo e a Europa estão uma floresta perigosa!”-----

---Parafrazeando Eça de Queirós, a quem devemos este texto magistral do periódico eborense, podemos afirmar que os verdadeiros autarcas nunca fazem como a raposa que, não alcançando as uvas no alto da parreira, desistiu e disse que estavam verdes. -----

---Os “frutos” de Abril são elevados e preciosos. Para alcançá-los, não basta reivindicar direitos, importa examinar antes os deveres de cada um perante a Liberdade e o “vinte cinco de Abril” que, tal como escreveu, o senhor General Ramalho Eanes “não pertencem a ninguém, porque são de todos!”-----

---A concluir, quero lembrar todas as acções que antecederam a revolução,

nomeadamente a crise académica de mil novecentos e sessenta e nove, onde também o mês de Abril foi sinónimo de luta pela liberdade, tendo custada na altura a prisão do líder da Academia de Coimbra, pelo crime de ousar combater a repressão. Recordamos, ainda, todos os movimentos militares anteriores ao “vinte cinco de Abril” que se revelaram improfícuos, no que toca ao fim da ditadura. -----

--- Com efeito, segundo as palavras valiosas e objectivas do Dr. Martins Leitão, na última Assembleia comemorativa do vinte cinco de Abril: “a Revolução surgiu de parto doloroso, no seio de um povo que gemeu quase cinquenta anos pela liberdade, debaixo das chagas da ditadura”. Teve por isso todo o cabimento o Capitão de Abril, Martinho do Rosário, quando preconizou o culto prático e diário dos valores de Abril, pois a Revolução resultou da imensa generosidade do povo português que, à semelhança das descobertas, trouxe à luz novas democracias, nomeadamente, em Espanha, na Grécia e no Brasil. -----

--- São estes motivos que tornam sempre válidos e actuais os versos de José Carlos Ary dos Santos consagrados à Revolução de Abril: -----

--- Agora que já floriu -----

--- A esperança na nossa terra -----

--- As portas que Abril abriu -----

--- Nunca mais ninguém as cerra. -----

--- Honra aos heróis de Abril -----

--- Honra a Salgueiro Maia -----

--- Parabéns à Revolução -----

--- Vinte cinco de Abril SEMPRE!”. -----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Câmara** proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “Excelentíssimo Senhor General Ramalho Eanes e Excelentíssima Esposa -----

--- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santarém -----

--- Excelentíssimos Senhores Vereadores -----

---Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais -----

---Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

---Vale de Santarém, vinte sete de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. Passam poucos minutos das dez da noite, quando um ruído avassalador perpassa pela aldeia. Alertada pelo ruído toda a população acorre à estrada nacional.-----

---É a coluna de Salgueiro Maia que regressa a Santarém. -----

---Envoltos por populares e escoltados por viaturas civis apinhadas de gente e buzinando freneticamente, os soldados da liberdade, cravos vermelhos na ponta das espingardas, regressam ao quartel, cansados mas felizes.-----

---Regressam à Escola Prática de Cavalaria, deixando marcas profundas nas terras de passagem. No Vale ficaram marcas físicas (os rastos dos tanques marcados no alcatrão) e ficaram marcas no coração. -----

---Não esqueço a emoção e a alegria que vi nos rostos vincados das pessoas. Vizinhos e amigos abraçavam-se e festejavam, como que adivinhando que naquela terra não ia haver mais mortos, feridos ou estropiados pela guerra colonial.-----

---Nessa noite, na Fonte das Três Bicas ou Fonte da Joanhina, ponto de encontro obrigatório para namoricos e falatório, houve companhia até altas horas da madrugada, tendo lugar a primeira, verdadeiramente livre e democrática, Assembleia de Freguesia. --

---Em Abril de setenta e quatro eu tinha oito anos e andava na terceira classe. Recordo que não era fácil, nessa época, viver no Vale de Santarém. -----

---A água canalizada era uma miragem, os esgotos não existiam, telefones só para alguns eleitos e a luz eléctrica ainda não tinha chegado à maioria das casas da aldeia.-----

---Há trinta anos, no Vale, ainda havia a Praça dos Homens, onde os trabalhadores agrícolas, de barrete ou boina na mão aguardavam, olhos no chão, a palavra mágica para a escolha perversa que garantia o pão de cada dia: - tu, tu e tu! -----

---Melhores dias viriam!-----

---Em casa, os meus pais falavam sem medos nem receios das mudanças trazidas pela Revolução. Foram dias de grande agitação, dos quais recordo a música e as mensagens

do MFA que passavam na televisão e eram escutadas por todos com a maior das atenções.-----

Por esta altura aprendi com os meus pais coisas simples que me guiaram pela vida fora e me ajudaram a ser Homem: o respeito pelos outros, o valor insubstituível da liberdade e sobretudo um enorme sentido de justiça social.-----

--- Hoje, enquanto autarca e trinta anos após a revolução de vinte e cinco de Abril, sou diariamente confrontado com gravíssimas situações de ordem social: famílias sem emprego, ou com salários em atraso, acorrem à Câmara Municipal na tentativa desesperada de encontrarem apoio para manter a sua casa ou para matarem a sua fome.--

--- Os “novos pobres”, pouco familiarizados com os mecanismos da Assistência Social, recorrem em primeira mão à Câmara, mas sobretudo ao seu Presidente.-----

--- Semana a semana, deparo-me com revoltantes situações sociais, cada vez mais numerosas, mais graves e de mais difícil solução.-----

--- A paz, o pão, saúde, habitação! -----

--- É penoso verificar e sentir que tanto tempo após o vinte e cinco de Abril, as palavras de ordem cantadas há trinta anos por Sérgio Godinho ainda façam sentido, ainda estejam por cumprir. -----

--- Mas Abril, que foi uma revolução, é também uma festa. Para nós autarcas, Abril é a festa da concretização, a festa da satisfação de poder todos os dias contribuir para melhorar a vida das populações que em nós confiaram. -----

--- Transformar sonhos e esperanças em projectos colectivos e estes em obras correctamente realizadas, é dar forma às legítimas aspirações das populações, é concretizar uma cidadania moldada em trinta anos de Liberdade e Democracia. -----

--- Festejar trinta anos do vinte e cinco de Abril é contribuir, de forma decisiva, para incentivar a população a participar activamente nas decisões da autarquia, alterando o tradicional objectivo de fazer para as pessoas, para outro, muito mais democrático e ambicioso, que é fazer com as pessoas. -----

--- Foi nesta perspectiva que tomámos como bandeira política a implementação do

Orçamento Participativo. -----

---Visto e sentido como instrumento fundamental na construção do Orçamento Municipal, esta metodologia permitiu uma auscultação massiva da população, cuja resposta marcou, de forma determinante, quer a proposta de Orçamento para dois mil e quatro, quer o Plano Plurianual de Investimentos que ainda hoje nos orienta. -----

---A fórmula utilizada nas duas anteriores edições do Orçamento Participativo foi pautada pelo contacto directo do executivo municipal com as populações do concelho de Santarém, por mais distantes e “escondidas” que estas se encontrassem. -----

---Esta aproximação, pouco usual na prática política portuguesa, causou perturbação junto de algumas forças politico-partidárias que reagiram negativamente, na expectativa e no entendimento de que este projecto tinha por objectivo pôr em causa a representatividade dos eleitos locais. -----

---Nada mais errado podia ser dito ou pensado acerca de uma prática que mais não visava do que estimular a participação dos cidadãos na vida pública e na resolução dos problemas da comunidade. -----

---O objectivo da participação é o interesse geral, sendo este algo que se constrói, no sentido de dar às pessoas um meio para forjarem as suas próprias ideias, para que se inscrevam no projecto colectivo que é a comunidade local. Neste propósito é decisivo reafirmar a importância do cruzamento da experiência participativa com a democracia representativa. -----

---Considera-se igualmente determinante, que os eleitos locais exerçam o papel de animadores de um conceito e de uma noção de cidadania apoiada na Declaração Universal dos Direitos do Homem. -----

---Certos de que temos trilhado o caminho correcto, reafirmamos a decisão de voltar a utilizar o instrumento do Orçamento Participativo como um contributo decisivo para a construção do Orçamento Municipal para dois mil e cinco. -----

---Festejar os trinta anos do vinte e cinco de Abril é consolidar o poder democrático autárquico, uma das mais profundas transformações na vivência colectiva, que a

Revolução dos Cravos nos legou.-----

--- Festejar os trinta anos do vinte e cinco de Abril é honrar o compromisso que firmámos com o povo do nosso Concelho, é traduzir em qualidade de vida as expectativas tantas vezes adiadas da população da nossa Cidade, das nossas Vilas, das nossas Aldeias. -----

--- Festejar os trinta anos do vinte e cinco de Abril, é por fim, festejar Santarém, é cantar a cidade que profetizou a Liberdade e a Democracia, é honrar a terra que sonhou a Cidadania.-----

--- Por fim, festejar os trinta anos do vinte e cinco de Abril é homenagear Salgueiro Maia, aquele que no dizer de Manuel Alegre.-----

--- Ficaré como quem vem-----

--- dar outro rosto ao rosto da cidade-----

--- diz-me o teu nome e saís de Santarém-----

--- trazendo a espada e a flor da liberdade”.-----

--- VIVA SANTARÉM! VIVA PORTUGAL! VIVA O VINTE E CINCO DE ABRIL!”.-----

--- A seguir, usou da palavra o senhor **Aires Lopes**, do CDS-PP, proferido o seguinte discurso:-----

--- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santarém-----

--- Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém-----

--- Excelentíssimas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas -----

--- Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

--- Senhoras e Senhores Convidados -----

--- Minhas Senhoras e Meus Senhores -----

--- Comemoramos hoje mais um Aniversário da Revolução de Abril, sendo que este Aniversário se torna especial porque já são trinta os anos em que os Portugueses tendo reconquistado a vivência democrática, têm sabido exercê-la, consolidá-la e, portanto, torná-la irreversível. -----

---Nós, no CDS - Partido Popular seríamos ingénuos se considerássemos que tudo já foi feito para que o País e os Portugueses se considerem realizados. Da mesma maneira, seríamos injustos se viéssemos aqui dizer que nada foi feito na procura das nossas realizações pessoais e colectivas. Teremos no entanto que considerar que não estamos sós, que fazemos parte de um universo muito largo e, portanto, estamos condicionados pelas economias e pelas contingências que nos advêm desta “Aldeia Global” que é o Mundo de hoje. -----

---No CDS - Partido Popular, entendemos que a Revolução de Abril que hoje celebramos, proporcionou ao Poder Local uma capacidade de intervenção na resolução dos problemas colectivos das populações que é inegável. -----

---O Poder Local, ao longo destes trinta anos adquiriu uma capacidade inquestionável de resolver as carências colectivas mais elementares e abrangentes que nunca lhe tinha sido proporcionada antes.-----

---É, do nosso ponto de vista uma das maiores conquistas que a Revolução de Abril proporcionou aos Portugueses. No CDS - Partido Popular estamos convencidos que é no Poder Local, na conjugação de esforços entre as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia que reside a grande aposta de solução das muitas dificuldades que os Portugueses ainda reclamam. -----

---Vivemos numa Região que, todos sabemos, foi e ainda é iminentemente agrícola. Fruto de algumas políticas menos correctas a agricultura do nosso País sofreu ao longo destes trinta anos uma enorme flagelação ao ponto de termos passado de um País praticamente auto suficiente, para um País que importa quase tudo o que comemos. -----

---O resultado destas políticas é termos presentemente enormes áreas por cultivar e uma grande parte das populações daquele sector no desemprego ou reconvertidas noutras actividades e um rendimento agrícola *per capita* extraordinariamente baixo. -----

---Sendo alguns Campos do Ribatejo e do Concelho de Santarém dos mais férteis da Europa, não podemos de deixar de apelar aqui ao Poder Local executivo que promova um investimento sério nas suas acessibilidades, o que não tendo sido feito até agora, tem

conduzido ao abandono da actividade nalguns casos e ao abaixamento dos rendimentos dos Agricultores que apesar de tudo teimam em exercer aquela actividade.-----

--- Santarém, pela sua posição geográfica no País, bem servida de acessibilidades nacionais tem, no entender do CDS - Partido Popular condições excelentes para se desenvolver muito mais nas áreas das Industrias e da Logística, assim a nossa Autarquia possa criar infra-estruturas que conduzam à captação e fixação de novos investidores. ---

--- Passaram trinta anos sobre a Revolução de Abril. Estamos a celebrar aqui hoje, com alegria a data que nos recuperou para a liberdade como Povo. -----

--- No entanto, muito há para fazer. Teremos que nos fazer ao caminho, caminhando, para que as gerações que se nos seguirem nos possam olhar como exemplo de planeadores e executores das tarefas que nos são devidas pela vontade daqueles que nos elegeram. No CDS - Partido Popular, trabalharemos sempre tendo esse objectivo como horizonte.-----

--- Para finalizar não podemos deixar de nos congratular pelo Aniversário que hoje celebramos até porque, trinta anos é mais que o tempo de toda uma geração e é o momento, na perspectiva do CDS - Partido Popular, de assumirmos sem complexos temas como a Guerra Colonial e a Descolonização, entre outros, promovendo debates sérios para que todos os Portugueses saibam interpretar estes assuntos que tanto sofrimento trouxeram ao Povo Português.-----

--- Tenho dito. -----

--- Viva a revolução de Abril. -----

--- Viva Santarém e os seus Municípios. -----

--- Viva Portugal.”. -----

--- Seguidamente, a senhora **Rosalina Melro** proferiu a seguinte intervenção:-----

--- “Minhas Senhoras e Meus Senhores.-----

--- Caros Colegas.-----

--- Comemorar o trigésimo aniversário da revolução do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro é dever moral e cívico de todos os portugueses que

respeitam a História do seu País e não esquecem o passado recente.-----

---Uma grande maioria dos portugueses lembram o que foi viver em ditadura. Os mais jovens esses tomam contacto com as memórias terríveis do medo e de vergonha, de miséria e de solidão, através de histórias contadas pela família, por amigos ou até por gente anónima do povo português. Mas os jovens podem e devem também informar-se do que era Portugal antes de Abril, pelos documentos, pela imprensa, pela televisão, pelo cinema e pela escola.-----

---Estamos a celebrar a revolução de Abril, um tempo de reconhecer e de festejar heroísmos. O heroísmo do povo português. O heroísmo do Movimento das Forças Armadas, na madrugada de Abril, quando logo a senha da revolução, ao dar sinal de partida, marcava a cumplicidade entre os jornalistas, os trabalhadores da rádio e os militares do MFA.-----

---Na região de Santarém comemorar a revolução de Abril, assume um sentido histórico muito forte. É que foi do chão sagrado do milenar Convento da Trindade, a Escola Prática de Cavalaria de Santarém, que saiu, na madrugada libertadora, a coluna de homens comandada pelo jovem Capitão Salgueiro Maia. Um punhado de heróis cruzou as trevas nessa madrugada de Abril para dar voz de prisão ao governo do regime fascista.-----

---Portugal estava livre. Portugal um país que estivera quase meio século amordaçado, explorado, reprimido, isolado do mundo, afastado do desenvolvimento, pelo regime de Salazar. Portugal viu, finalmente, nessa madrugada de vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, raiar a luz fascinante da liberdade. As ruas encheram-se de homens, de mulheres, de jovens, de crianças. Abriram-se as portas das prisões políticas. O povo selou a vitória dos Capitães de Abril com a pureza da sua confiança, com a verdade do seu grito: *o povo unido já mais será vencido*.-----

---Nas cidades, nos campos, o povo desenhou o programa para que Portugal começasse a viver um tempo novo. O povo exigiu e teve a paz para os seus filhos, o fim da guerra nas colónias. O povo exigiu e teve eleições livres e uma constituição para uma

democracia avançada, uma constituição garantia da liberdade e dos direitos fundamentais de um país democrático. Teve o Poder Local democraticamente eleito. E o Poder Local é ainda, hoje, trinta anos depois, o mais firme, o mais eficaz e consciente pulsar do Portugal democrático.-----

--- Após as nacionalizações, abatido o império imenso de grandes grupos económicos, foi estabelecido o controlo operário e então começou a melhoria de salários, o direito à greve, o direito a férias o direito a subsídio de férias e a subsídio de natal e os jovens foram chamados à democracia com o direito de voto, aos dezoito anos.-----

--- Lado a lado, homens e mulheres conquistaram o direito à igualdade, no trabalho, na família, na sociedade.-----

--- Celebramos trinta anos da revolução de Abril. Todos somos responsáveis por esta jovem democracia. Mas pela posição que ocupam, pelos cargos que estão democraticamente investidos, cabe a alguns de nós uma maior responsabilidade na evolução da nossa revolução com fidelidade aos direitos, aos ideais de Abril.-----

--- As revoluções sempre tiveram oposições, a revolução do vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro não é uma excepção. Muitas têm sido as perversidades que permitem à democracia ter mecanismos que podem dar cabo da própria liberdade. Portugal é vítima de muitos jogos de interesses de poderes vários neste início dramático do século vinte e um. Trinta anos de democracia são apenas uma migalha no tempo da História de Portugal.-----

--- A mais popular, a mais feliz revolução democrática de todos os tempos tem sido afligida por muitos ataques às conquistas populares. Algumas vezes a evolução toma aspectos de regressão, apesar disso a democracia portuguesa está bem viva. Bem viva! E bem consciente de que é preciso defender o que ela tem de mais belo e positivo: a liberdade; o poder democrático.-----

--- Trinta anos passaram num segundo, mas para cumprir Abril falta fazer muito, falta melhorar, acrescentar, aperfeiçoar. Paraphraseando Jorge de Sena *continuamos a aprender que não se pode ter num só dia o que se perdeu em muitas décadas*, porque e

ainda o mesmo poeta *quem te amar oh liberdade tem de amar com paciência*.-----

---Viva o vinte e cinco de Abril!-----

---Viva a revolução!-----

---Sempre!-----

---Viva Santarém!”.-----

---Depois, o senhor **Vasco Graça Moura** (PSD) proferiu a seguinte intervenção:-----

---“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santarém-----

---Excelentíssimo senhor General Ramalho Eanes e Excelentíssima Esposa-----

---Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e Vereadores-----

---Minhas senhoras e meus senhores-----

---Quem faz amanhã trinta anos viveu aquele acordar sobressaltado pelas notícias da rádio e por longos intervalos de música na ausência delas, dificilmente esquecerá que pôde presenciar em directo e ir testemunhando silenciosamente ao longo desse dia o início de uma viragem decisiva da História de Portugal e da história da Europa.-----

---Viragem decisiva da História de Portugal porque graças a ela foram sendo aos poucos criadas condições para vivermos em democracia.-----

---Há distância de trinta anos desemaranham-se da memória com todo o seu colorido e também com todas as suas sombras e apreensões contrastantes as explosões de alegria e de descompressão, a manifestação colectiva quase permanente, o caos por vezes demencial do PREC, o onze de Março de mil novecentos e setenta e cinco, a deriva de sinal totalitário, as ocupações selvagens, a destruição do tecido produtivo, os apelos de algum MFA ao voto em branco e, também, as primeiras eleições livres, a acção do Grupo dos Nove, o verão quente, o papel dos partidos políticos moderados, as horas intranquilas do vinte cinco de Novembro, os traumas e os terríveis episódios da descolonização, a aprovação da nova Constituição. Enfim, o princípio da normalidade da vida colectiva e do funcionamento das novas instituições democráticas.-----

---A presença, entre nós, do senhor General Ramalho Eanes, membro do Grupo dos Nove, com as mais altas responsabilidades num processo que desembocou

vitoriosamente no vinte e cinco de Novembro e presidente de todos os portugueses, durante dois mandatos, contribui para tornar ainda mais viva e ainda mais nítidas essas recordações.-----

--- Foi também graças à sua acção pessoal que Portugal soube estabilizar-se e conseguiu rejeitar modelos de inspiração soviética ou terceiro-mundista, lutando pela construção de uma democracia de modelo europeu ocidental que, felizmente, tem sabido conservar e aperfeiçoar sob o signo da liberdade. Mesmo hoje, para aqueles que não a desejavam assim configurada seria impensável vivermos noutra regime.-----

--- Mas, o vinte e cinco de Abril assiná-la também uma viragem decisiva na História da Europa. Nessa data, um dos dois Estados soberanos da Península Ibérica começava a preparar-se para uma revirada política que já era, havia muito, a característica predominante dos países ocidentais, seguida em mil novecentos e setenta e cinco, pela Espanha, após a morte de Franco, e ainda, em mil novecentos e setenta e quatro, na Grécia, também tinha caído de vez o regime dos coronéis e sido restaurada a democracia. Era o fim de regimes autoritários e a abertura à democracia representativa e ao pluralismo político em liberdade.-----

--- A Europa, para poente do que então se chamava ainda a cortina de ferro, começava a ter um sentido mais pleno e a poder rever-se e realizar a sua identidade profunda num conjunto de países democráticos.-----

--- Entrar nessa Europa que nos surgia como um horizonte de paz, de liberdade, de tolerância e de prosperidade, tornou-se um objectivo maior que levou ainda mais de dez anos a conseguir, mas foi levado a bom termo. Sem ele, provavelmente, não passaríamos hoje de uma autonomia Ibérica. Com ele, Portugal tornou-se um parceiro europeu de pleno direito, afirmando a sua identidade nacional, a sua independência, a sua soberania e no conceito comunitário.-----

--- Passaram pois trinta anos e muita História aconteceu. Na primeira metade deste período o mundo assistiu ao fim da guerra fria e ao ruir do império soviético. A Europa Ocidental, entretanto já convertida em União Europeia, prepara-se para fazer coincidir o

seu perímetro político com o seu perímetro civilizacional. É um processo lento e gradual, mas decisivo em termos planetário, de que vai encerrar um dos capítulos mais importantes, nas próximas duas semanas, com a entrada de dez países candidatos ao alargamento.-----

---Entretanto, também, tendo entrado na Europa Comunitária, em mil novecentos e oitenta e seis, Portugal aprendeu muito, fez muito e mudou muito. Começou por aprender a construir a sua própria liberdade apoiada em instituições decentes designadas pelo exercício do sufrágio popular e garantida por elas. Os próprios termos imediatamente subsequentes ao vinte e cinco de Abril o advertiram dos perigos a afastar e dos caminhos que valia a pena percorrer. Depois, Portugal teve de fazer a experiência, por vezes difícil, de reconstruir a sua economia e de encontrar as vias do desenvolvimento, da solidariedade, da justiça social e da coesão. Numa perspectiva histórica que vem até à actualidade, não faz, pois, sentido colocar em alternativa irreduzível, mas sim em complementaridade subsequente, os termos de Revolução e de Evolução. Não faz sentido jogar com as palavras e muito menos com as letras. O que faz sentido é falar nas características que foram próprias do nosso processo democrático. Feita a revolução pelos militares, superadas as confusões, as contradições e perturbações derivadas das tensões entre pólos políticos ideológicos e ideológicos, que tiveram confrontos por vezes muito duros, a evolução deve-se à assunção progressiva pela sociedade civil dos destinos de Portugal.-----

---A democracia foi construída passando por essas fases: na fase revolucionária, deu-se o desabar brusco de um regime político apodrecido e abriu-se o processo de reestruturação e novo regime de sinal aberto e livre; na fase evolutiva, avultam a constituição de mil novecentos e setenta e seis e as revisões constitucionais que tendo alterado os capítulos político e económico entregaram o poder à sociedade civil e depois prepararam o país para a sua entrada na Europa Comunitária, assim como, ainda agora, a Constituição acaba de incorporar as disposições que nos permitiram acompanhar a nova fase da construção europeia. Por isso, tem cabimento falar em duas fases do mesmo

processo de construção democrática de um país: a Revolução e a Evolução. E essa Evolução honra-nos tanto como a reconquista das liberdades perdidas. O que não tem cabimento, nem faz sentido, é dizer-se que como fazia o salazarismo: *a revolução continua*. Em Portugal o que continua e há-de, felizmente, continuar é a democracia. E é portanto como símbolo de uma mudança que nos fez mais felizes e mais livres que o vinte e cinco de Abril continua. E dessa continuidade os resultados estão à vista. Não apenas por vivermos num regime de plenas liberdades políticas e civis em que deixaram de haver as polícias políticas e a censuras repressivas, mas porque Portugal se transformou e evoluiu muito nestes últimos anos. Se pegarmos num retrato estatístico que foi lançado nesta mesma sala, há apenas uma semana, vemos sem dúvidas nenhuma que o país está irreconhecível, mas para muito melhor em relação ao que era em mil novecentos e setenta e quatro. -----

--- Ser português, hoje em dia, requer uma sensatez de postura que encare a história sem complexos que rejeite tantos possíveis e hipertrofias de identidade como as atrofias de alma. E a verdade é que encontramos estes dois aspectos com frequência entre nós, embora as causas respectivas sejam muito diversas. -----

--- Concomitantemente, ser português implica uma estratégia e uma tática de uma ponderação concreta de interesses materiais e imateriais tanto na defesa deles sendo certo que o próprio termo da defesa supõe a existência de determinadas capacidades para ela ser levada a efeito. Todas estas questões se colocam num mundo muito diferente e também num quadro de interesses muito diferente daquele que nos deparava há poucas décadas, em que a própria natureza desse quadro havia, por um lado mais factores de divisão da sociedade quanto às concepções a perfilhar relativamente à governação e ao futuro e, por outro, não havia um dado novo e extremamente complexo que é o implicado da nossa participação na União Europeia. Tenho dito e repetido, quer se queira ou não se queira, ser português hoje tende cada vez mais a ser uma simples moralidade de ser europeu. Não se pode dizer que isso envolva uma perda de valor ou uma descaracterização. Mas, com certeza, envolve a necessidade de se adoptar uma

perspectiva e um enquadramento diferentes para projectarmos aquilo que somos e encontrarmos meios de defesa dos tais nossos interesses. -----

---Esse novo enquadramento nada nos impede o apego a certas características e muito menos a avaliação delas a começar pela língua que falamos e por um conjunto de valores a que temos apego justificado. -----

---Por outro lado, temos de procurar e negociar multilateralmente constantes equilíbrios positivos e precisamos de interiorizar a consciência de pertencermos a uma realidade, aliás, em crise chamada Europa de que somos parceiros de pleno direito pensando no nosso desenvolvimento em termos compatíveis e aproveitando devidamente as potencialidades dessa parceria. -----

---Fazemos parte da crise da Europa, mas também não podemos deixar de fazer parte da solução. Isto significa ainda que não podemos continuar a ser um país das mais altas densidades conhecidas de supostos poetas por metro quadrado e por década histórica. O purismo inibidor que costumava caracterizar-nos como um país de pontes e da saudade moçolibata como carne metafísica tem os seus dias contados. Temos de ser consciente de que é difícil ser português, com voz minoritária, demografia inexpressiva, crise de crescimento crónica, atrasos chocantes e situação periférica, numa Europa de vinte e cinco países. Se apesar disso tudo insistirmos em falar da arte, da ciência e da técnica de ser português, isso quererá então designar o conjunto de processos que temos de ganhar em desenvolvimento, em competitividade, em qualificação, em capacidade e métodos de trabalho, em hábitos e práticas culturais e profissionais de maneira a que a nossa igualdade formal com os outros países seja corroborada por uma dimensão substantiva e objectiva que nos permita alcançar tudo aquilo que nos torna necessário. Se ser português é uma questão *no wow* a solução começa por duas vertentes indissociáveis, a cidadania e a escola, implica a correcção de assimetrias e desníveis entre o interior e o litoral exige a regeneração e interiorização das dimensões da cultura e do conhecimento e do conhecimento, postula a desconfiança radical no improvisado e no facilitismo que, muitas vezes, nos caracteriza e apontar para o aprofundamento daquilo que não temos

muito desenvolvido a consciência de pertencermos à Europa ainda por cima a uma Europa que supomos chamada alargamento em que não podemos deixar de nos colocar no grupo mais avançado da construção da sua nova realidade política e economicamente sustentada.-----

--- Comemorar os trinta anos do vinte e cinco de Abril, para mais na terra que testemunhou a lição cívica e exemplar de Salgueiro Maia, é ter presente tudo o que acabei de dizer. -----

--- Esse é o vinte e cinco de Abril que o PSD subscreve e celebra, o vinte e cinco de Abril que à imagem de duas pontes sobre o Rio Tejo, uma com o nome da própria data histórica e outra com o nome daquele Capitão de Abril, permanecerá como símbolo vivo e actuante de uma ponte em processo permanente de construção para o futuro de Portugal”.-----

--- A seguir, o senhor **Leonel Martinho do Rosário** proferiu a seguinte intervenção:----

--- “Excelentíssimo senhor General Ramalho Eanes e Excelentíssima Esposa-----

--- Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santarém-----

--- Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara e Vereadores -----

--- Excelentíssimos Caros Concidãos e Amigos -----

--- Minhas senhoras e Meus senhores -----

--- Antes do mais, quero deixar vincada uma homenagem muito profunda às mulheres portuguesas, porque as verdadeiras heroínas, aquelas que de facto sempre militaram ao lado de quem faz as revoluções, são efectivamente elas. É muitas vezes fácil sair com uma espingarda na mão disposto a morrer ou a matar. Mas, se calhar é muito mais difícil ficar em casa, como elas ficaram, com os filhos, com os choros, com os problemas e com a angústia no coração. -----

--- Trinta anos do vinte e cinco de Abril, três décadas são passadas sobre a madrugada libertadora do vinte e cinco de Abril, muito ou quase tudo já foi dito, mas muito mais há para referir ou recordar. -----

--- Mais de quarenta por cento da população portuguesa nasceu depois do vinte e cinco

de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, havendo o perigo ou a ligeireza de considerar o vinte e cinco de Abril mais uma data a que corresponde um feriado que sempre dá jeito. Há pois que recordar e relembrar como estávamos em mil novecentos e setenta e quatro:-----

---No plano internacional, a nossa pátria, Portugal, estava politicamente isolada e desacreditada no mundo, remando contra ventos da história; -----

---No plano interno, o País esgotava-se financeiramente para suportar uma guerra em África sem vislumbre de saída honrosa. Os seus filhos lutavam e morriam pelos chamados interesses da Nação como se de uma fatalidade se tratasse. -----

---Socialmente faltava trabalho para as classes mais desfavorecidas, emigrava-se em condições deprimentes para a Europa, as Américas e a África. Muitas crianças trabalhavam desde cedo, não havia igualdade de oportunidades nem eram respeitados os direitos normais dos cidadãos. Era um sufoco, uma angústia permanente, uma falta de perspectiva e de esperança de futuro. Faltava o oxigénio da vida, a Liberdade. -----

---Isto tinha de mudar. Tinha mesmo de mudar! -----

---Assim aconteceu o vinte e cinco de Abril, acção militar rapidamente geradora de uma revolução, sim de uma revolução. O Povo aderiu explosivamente, tomou nas mão o poder, a esperança abriu-se e a liberdade aconteceu. Pena é que a emoção da revolução não se possa viver mais do que uma vez. Só quando ela acontece. -----

---Eleições livres em mil novecentos e setenta e cinco; aprovação da Constituição da República Portuguesa em mil novecentos e setenta e seis; Nova forma do governo e de relacionamento com o Povo. -----

---A democracia dava os seus primeiros passos, nem sempre seguros, mas andava-se e assim se fazia o caminho que a democracia continuava a trilhar. -----

---O Povo já tinha voz, já fazia escolhas, já nomeava representantes, já tomava nas próprias mãos o seu destino. Era a revolução em marcha, uma linda revolução!-----

---A Europa, a que sempre pertencemos, recebia-nos como parceiros de pleno direito.---

---E eis chegados aos dias de hoje, trinta anos depois, com mais ou menos acidentes de

percurso, com mais ou menos pretensos donos do verdadeiro espírito do vinte e cinco de Abril. Mas tudo passou e chegámos. -----

--- Numa visão mais pessimista diria, ao fim deste tempo, que: continua a haver bolsas de fome da sociedade portuguesa; continuam a haver emigração e falta de trabalho; continuam a existir sérias e graves lacunas no sistema de saúde; continuam a existir idosos sós, abandonados; continuam a haver crianças a trabalhar desde muito cedo; alguma corrupção e tráfico de influências; a justiça continua a arrastar-se pachorrenta e lenta; e Santarém continua em dívida para com o vinte e cinco de Abril não o perpetuando de modo inequívoco no seu território. É preciso que haja em cada entrada de Santarém uma lembrança e em cada saída uma recordação.-----

--- Mas não, prefiro ver Portugal de outro modo: um Portugal moderno que é; um Portugal europeu que é; um País do mundo onde o sol brilha e há liberdade; onde acontecem oportunidades; onde há sucessos individuais e empresariais; onde a componente social e cultural tem cada vez mais significado e expressão; onde a justiça já vai acontecendo; onde os direitos de igualdade e de oportunidade são respeitados; onde o trabalho das crianças já é formação e obtenção de conhecimentos; em suma, um Portugal onde vale a pena nascer, viver e morrer. -----

--- Viva o vinte e cinco de Abril! -----

--- Viva Portugal!”. -----

--- Por último, o senhor **António General Ramalho Eanes** proferiu o seguinte discurso:

----- “A inevitabilidade de Abril”-----

--- “Sabido é que só as sociedades capazes “de uma reflexão filosófica sobre a sua própria estrutura e sobre as ideias concomitantes” conseguem transformações reformadoras oportunas e ajustadas, e assim – como diz Edgar Morin – fazer com que a política, “que transporta consigo as nossas aspirações não se engane e não nos engane”. -

--- Na verdade, a memória democrática activa sabe que a tradição – a história, se quisermos – pode ajudar-nos não só a evitar a repetição de erros, como, ainda, a compreender quem somos, onde nos encontramos, o que podemos esperar. -----

---Assim, conhecer o verdadeiro sentido da tradição é contribuir, como disse Klaus, para “estimular a imaginação democrática contemporânea”, indispensável ao desenho rigoroso do futuro.-----

---É pensando assim – na tradição, na memória democrática activa que a trabalha, na imaginação democrática contemporânea que gera – que se justificará regressarmos ao passado próximo, revisitarmos, sem passadismos, o vinte cinco de Abril, o que o antecede e motiva, o que se lhe segue e o que se lhe deverá seguir.-----

---UM - ANTECEDENTES DE ABRIL -----

---Salazar -----

---A transição gradual do regime autoritário, institucionalizado pela Constituição de mil novecentos e trinta e três, para um novo quadro de pluralismo geral, teria sido possível a seguir à II Guerra Mundial. -----

Salazar, que menosprezara a Sociedade Civil e entronizara o Estado, tornando-o omnipresente e todo-poderoso, teve, então, força política e condições para democratizar o País, libertar o mercado, modernizar a economia, enfim, proporcionar à sociedade desenvolvimento, através de uma justa e eficazmente democrática gestão política entre o investimento, o mercado económico e a participação social.-----

Ao alcance de Salazar estiveram não só a possibilidade de devolver a democracia à Nação, a cidadania aos portugueses, mas, também ainda, encontrar solução oportuna para o problema colonial.-----

---Não o fez Salazar. Nem sequer esta última e já candente questão – o problema colonial – conseguiu vencer o autismo salazarista, abri-lo a uma representação real do futuro, levá-lo a perceber e a assumir a exigência, se é que não mesmo inevitabilidade, de mudar de políticas. E terá acontecido assim, apesar de Salazar não poder deixar de estar ciente das mudanças operadas no mundo do após-guerra, de perceber a emergência de uma nova correlação de forças e de novos propósitos geopolíticos que, de todo, vulnerabilizavam a solução imperial portuguesa. -----

---O seu “despotismo” – que Salazar tomava por esclarecido – acabou por “tornar-se o

seu próprio fim” e, dessa maneira, o seu “poder tornou-se cego e absoluto”. -----
--- “Preocupado com a grandeza do Estado, com a acumulação de recursos financeiros”
e não com o desenvolvimento libertário e integrador da Nação, Salazar procurou, antes
de tudo, controlar a sociedade em vez de a transformar, recusando, assim – como ética e
politicamente lhe competia, enquanto governante –, protagonizar a gestão das respostas
às incontornáveis mudanças ocorridas no País, apesar de tudo, e no mundo e, nestas
últimas, mesmo aquelas que colidiam iniludivelmente com a nossa situação imperial. ----
Verdade é que também o País – dividido, como diz Eduardo Lourenço, “no fundo, entre
a minoria cultivada, que vive em estado de guerrilha perpétua (...) e a massa anónima do
povo” – não conseguiu exigí-lo. Muitas e variadas razões se poderão invocar para
explicar tal passiva atitude: -----
--- Uma Sociedade Civil desorganizada e colonizada pelo Estado; -----
--- Uma sociedade atrasada e fechada ao mundo e suas mudanças; -----
--- Uma certa incomunicabilidade intersubjectiva e intrassocial, motivada, também, pela
clausura que o medo instituíra. -----
--- Creio, no entanto, que, sendo reais – como reais seriam muitas outras razões que a
estas se poderiam elencar – não são suficientes para justificar tão estranha quão
potencialmente gravíssima inacção política. -----
--- Acredito que a razão profunda se radique na nossa consciência cultural patrimonial.
Na verdade, o Império continuava a ser, para a consciência colectiva, “o último motivo
de orgulho, a dimensão da grandeza que nos justificava da penúria e da pequenez”, o
cordão umbilical que nos ligava ao mar, “que fora teatro das nossas façanhas” e nos
impusera ao mundo e nos impusera a nós, perante nós próprios, enquanto colectividade
de distinta personalidade na História. -----
--- A propósito desta estranha situação de que foram cúmplices Salazar e toda a
Sociedade Civil recordo o que, em mil novecentos e sessenta e três, George Ball,
enviado especial de Kennedy a Lisboa, dizia, caricaturalmente, de Salazar e dos
portugueses. Do velho Líder, dizia: “Portugal afinal não é governado por um simples

autocrata, mas por um triunvirato: Salazar, Vasco da Gama e o Príncipe Navegador”. E sobre os portugueses, acrescentava: “estão a viver noutro século”, demitidos que estavam de participar na direcção e configuração da sociedade, não só por acção de Salazar, mas, também, infantilmente, por não reivindicarem, com determinação, os seus direitos naturais e a sua cidadania. -----

---Excepções múltiplas houve. Foram muitas, obviamente, as personalidades (e algumas organizações) que se opuseram a esta situação e se bateram pela liberalização e pela democracia. E o seu número foi naturalmente aumentando à medida que nos afastávamos da II Guerra Mundial e se acelerava o desenvolvimento e a interdependência entre os Estados. Infrutíferos foram, porém, os seus esforços, talvez porque não conseguiram encontrar eco suficiente na Sociedade Civil, privada que estava, esta, de um estrato muito atento ao princípio do real – uma efectiva burguesia nacional, autonomizada e empreendedora, com dimensão e peso crítico – e, conseqüentemente, de uma Sociedade Civil capaz de exigir participação e responsabilidade na gestão pública.--

---Assim se permitia a Salazar que todos vencesse, e se perpetuasse no poder, impondo autoritariamente os seus pontos de vista e soluções.-----

---Marcelo Caetano -----

---Salazar morre em mil novecentos e setenta. -----

---Sucede-lhe Marcelo Caetano, professor que, na opinião de Tapley Bennet, era “um homem do século XX”, que “queria fazer uma mudança gradual do sistema político”.----
Desejava Marcelo Caetano uma mudança gradual – uma renovação na continuidade, lhe chamou – em que não fossem desperdiçados meios nem consumidas desnecessariamente energias políticas, económicas e sociais. -----

---Marcelo Caetano e a sua prometida renovação abrem horizontes de esperança na sociedade portuguesa que, entretanto, muito se transformara já. De fechada e não plural passara, na década de sessenta, por uma profunda mudança, incrementada pela emigração e pela guerra, pelo acesso maciço das mulheres ao mercado do trabalho remunerado, pelo turismo, pela urbanização e industrialização, por uma certa

modernização e desenvolvimento, pela criação – essa já por Marcelo Caetano – de um Estado de protecção tal como hoje o conhecemos. Mudanças, estas, tão profundas que o próprio “horizonte europeu começou a substituir a pulsão ultramarina”, ancestral. -----

--- Tudo augurava, pois, que Marcelo Caetano saberia liderar essa onda de esperança, oferecendo-lhe uma praia de satisfação, com a reforma constitucional. Tal não viria, no entanto, a acontecer. A sua revisão da Constituição – que se esperava fosse pedra basilar de renovação política – a todos iria desagradar, de salazaristas a liberais e até a opositoristas democráticos, contribuindo, assim, para isolar Marcelo Caetano. -----

--- Repudiavam os salazaristas as alterações constitucionais referentes ao Ultramar, em especial as que se reportavam à autonomia e ao «título» de Estado a conceder às províncias que viessem a satisfazer determinados requisitos constitucionalmente definidos. -----

--- Divergiam os liberais de Marcelo Caetano, devido:-----

--- Primeiro, à sua recusa em conferir acolhimento constitucional ao pluripartidarismo (a prazo, condicional que fosse), concedendo, a todos os cidadãos e suas organizações políticas permanentes, a livre participação na concorrência eleitoral. -----

--- Segundo, ao modo de eleição do Presidente da República, que desejavam eleito por sufrágio directo dos cidadãos e não por um colégio eleitoral restrito. -----

--- Depois da malfadada revisão constitucional, só restava já a esperança de ver Marcelo Caetano recuperar a liberdade de manobra estratégica, na política, a partir da Presidência da República, que fácil lhe seria ocupar, dado o seu, ainda, grande prestígio e a propectividade de Américo Thomaz (setenta e oito anos), o que o deveria excluir da corrida presidencial.-----

--- Estranhamente, não cuidou Marcelo Caetano de preparar e aproveitar essa oportunidade – a sua última oportunidade – de não ficar definitiva e estrategicamente prisioneiro da ala salazarista. Permitiu que Américo Thomaz fosse reeleito.-----

--- A partir daí, não cessaram mais de ocorrer os desaires, apertando-se o cerco a Marcelo Caetano.-----

---Nas eleições de mil novecentos e setenta e dois, os liberais desistem. A oposição desiste à boca das urnas. A esperança depositada em Marcelo, na sua indiscutida seriedade, na sua capacidade de reformar democraticamente e integrar a cindida sociedade portuguesa feneceu.-----

---A sua acção política terá, mesmo, dado azo a uma maior e mais sentida visibilidade do conflito socialmente fracturante entre democráticos de inspiração e propósito constitucionais-pluralistas e salazaristas e corporativistas. Conflito cuja agudização, fomentada por liberais, tecnocratas e, até, pela própria Igreja, não só extremou os campos, como aboliu, até, a coexistência, dado ter conduzido a uma situação não só de crispação, como, mesmo, de incompatibilidade e exclusão.-----

---Situação perversa, esta, que muito terá interferido na Instituição Militar, dada a sua vocação e pretensão de integradora da Nação. Ter-se-á, então, sentido na Instituição Militar, consciente e/ou instintivamente, que, estando a sociedade em deriva desintegradora, a responsabilidade social impunha que se agisse, sem demora, no sentido de pôr termo a essa deriva ameaçadora da unidade nacional.-----

---Também a situação militar se complica preocupantemente na Guiné com a utilização de mísseis antiaéreos (stella) pelo PAIGC.-----

---Marcelo Caetano, mostrando não perceber a Instituição Militar, a perdurabilidade emotivo-institucional do desaire sofrido em Goa, ousa dizer a Spínola que “Para a defesa do ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo caminho a outras negociações”.-----

---O mal-estar sentido pelo País pesava, já, fortemente nas Forças Armadas, em especial devido ao efeito umbilical que sobre elas exercia a Sociedade Civil, através do Serviço Militar Obrigatório. Também os militares sentiam que a renovação naufragara na continuidade e que, assim, a possibilidade de se tornarem bodes expiatórios de uma derrota militar, na Guiné, ganhava inegável e ameaçadora credibilidade.-----

---Indispostos ficaram, também, com o chamado Congresso dos Combatentes, de inspiração salazarista, não se coibindo, já, de pública e colectivamente, se insurgirem

contra ele. -----

--- Assim se cindiam as Forças Armadas, situação sempre de nefastas consequências! Cisão que as infelizes medidas político-militares, do Governo, destinadas a fazer face à falta de quadros, acabaram por levar à ruptura. -----

--- Enfim, frustradas as reformas de Marcelo Caetano, a esperança de transformação do regime, a ruptura ganhava dramática credibilidade, se não, mesmo, inevitabilidade. -----

--- DOIS – VINTE CINCO DE ABRIL: A RUPTURA, OS PROPÓSITOS E OS DESVIOS-----

--- O vinte e cinco de Abril surge, assim, como um momento de ruptura política, tornado inevitável pelo relevante desenvolvimento da década de sessenta e pelas tentativas frustradas de liberalização do regime. Ruptura que é personalizada por um punhado de militares. Não implica, este facto, o esquecimento das personalidades, formações e organizações civis que se bateram pela mudança, muito em especial daquelas cuja motivação residia na defesa prospectivada da nossa maneira histórica de ser e de estar no mundo, com consciência da necessidade de pluralização política e de modernização e desenvolvimento da Sociedade Civil. -----

--- Não é, pois, inteiramente correcto, histórica e politicamente, atribuir, aos militares que personalizaram a ruptura, a autoria exclusiva da mudança configurada em Abril, destinada a proporcionar a Portugal a descolonização, a democratização, e a assegurar as condições necessárias à continuação da modernização e do desenvolvimento da Sociedade Portuguesa.-----

--- Não se pode deixar de reconhecer, também, que a revolução democrática ocorreu num momento de especial dificuldade, num infausto momento internacional. -----

--- Na verdade, a divisão bipolar do mundo, já então em derradeira fase mas ainda em plena agudização, radicalizara o confronto ideológico Leste-Oeste, e o primeiro choque petrolífero afectara a economia mundial e criara graves dificuldades à débil economia portuguesa. Dificuldades económicas, e sociais também, potenciadas por um aumento, em poucos meses, de sete por cento da população: o número de retornados terá

ultrapassado os seiscentos mil.

Mas, nem aquela situação, nem as inevitáveis e complexas perturbações que sempre acompanham os momentos revolucionários foram suficientes para liquidar a orientação democrático-pluralista configurada no Programa do MFA. -----

---As dúvidas que a evolução do processo revolucionário aparentemente legitimou não resistem à evidência política das grandes afirmações contidas naquele Programa.-----

---O seu objectivo fundamental era restituir a liberdade política aos portugueses. -----

---O Programa do MFA configura concludentemente essa grande proposta política, ao estabelecer: -----

---A independência do poder judicial; -----

---A liberdade de pensamento e expressão; -----

---A liberdade de reunião e associação; -----

---“a convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto”; -----

---E que “o período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa”.-----

---Insufismável é que o MFA estabeleceu como grande propósito político imediato devolver o poder político à sociedade, não esboçando, sequer, qualquer pretensão de estabelecer um qualquer regime – de duração definida – que fosse voluntarista e mobilizador, capaz de imprimir à sociedade “uma marcha forçada” para o desenvolvimento endógeno e para a democracia. -----

---Regime que, a ser estabelecido, não só não seria inédito na história contemporânea, como poderia ter: -----

---Um - Criado condições para uma descolonização que servisse os interesses de Portugal e simultaneamente assegurasse a liberdade e as condições de desenvolvimento dos países a descolonizar; -----

---Dois - Posto fim à fragmentação da sociedade em que as oligarquias instaladas tinham objectivos económicos indiferentes aos problemas sociais e políticos do País;-----

--- Três - Sido, como diz Touraine, “agente de formação de actores económicos, sociais e administrativos, desempenhando um papel decisivo no desenvolvimento”;-----

--- Quatro - Modernizado a administração e outros subsistemas indispensáveis ao desenvolvimento endógeno do País;-----

--- Cinco - Oferecido tempo para que a sociedade se tornasse verdadeiramente civil – isto é, tolerante, não violenta – e, assim, procedesse, pacificamente, à sua expressão plural e respectiva organização através de formas de associação nacionais, regionais e locais (políticas, económicas, sociais e culturais) e profissionais, que fossem voluntárias, autênticas, democráticas. Sociedade Civil que, assim organizada, poderia entabular com o Estado uma comunicação autêntica, de dinâmico e responsável controlo.-----

--- Na verdade, o MFA recusou protagonizar qualquer regime voluntarista e mobilizador da Sociedade Portuguesa e, considerando a infra-estrutura social portuguesa, e o seu enquadramento histórico interno (tradições, valores, maneira de pensar e agir) e externo, optou claramente por um regime constitucional pluralista, deixando, à Nação, através dos constituintes eleitos, a caracterização pormenorizada do regime, através da própria definição jurídico-constitucional do sistema político e económico-social escolhido. -----

--- Apesar de tudo, esta opção clara, original e ingénua, viria a sofrer sérias e graves entorses. -----

--- Original, na medida em que pretendia devolver o poder ao povo num prazo curto, contrariamente ao que acontece em todas as revoluções e em quase todos os golpes de Estado.-----

--- Ingénua, porque não considerou importantes condicionalismos ligados à “descompressão política e social” inevitável após quarenta e oito anos de autoritarismo, à difícil questão ultramarina e à luta feroz pelo poder estimulada pela discussão constitucional imediata que o Programa do MFA prometia. -----

--- As entorses referidas ocorrem no período delimitado pelo vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro e pela entrada em vigor da Constituição em vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e seis.-----

---Creio razoável considerar, neste período, três tempos.-----

---No primeiro, que vai de vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro a onze de Março de mil novecentos e setenta e cinco, o fundamento de toda a vida política do país é o Programa do MFA, interpretado (ou modificado) a vinte sete de Julho de mil novecentos e setenta e quatro (Lei sete/setenta e sete, que reconhece o direito dos povos dos territórios ultramarinos à autodeterminação e independência).-----

---O poder reparte-se, a partir de determinada altura, de maneira algo difusa, entre o Primeiro Governo Provisório e o MFA. Este vai assumindo acrescidamente responsabilidades governativas e administrativas, desde a descolonização à elaboração de um plano económico e social.-----

---A degradação da situação militar em África, a irrupção dos movimentos e das reivindicações das classes trabalhadoras, a implementação acelerada dos partidos, quer no Continente, quer na Madeira e Açores, a própria pressão ideológica reduzem a liberdade de acção dos futuros órgãos constitucionais e afectam a livre opção dos cidadãos.-----

---Spínola tenta responder a esta situação de ruptura potencial propondo a institucionalização imediata do poder democrático, através da aprovação, em referendo, de uma Constituição provisória, e da eleição, por sufrágio universal, do Presidente da República.-----

---Falhada esta tentativa, acentua-se a transformação do MFA, de «garante» em «motor» do processo revolucionário, apontando-se para a sua «institucionalização» numa via socializante ou socialista, o que leva o MFA a defender com mais insistência uma lei dinâmica e progressiva do seu Programa, capaz de alargar a capacidade de manobra do poder revolucionário.-----

---Na sequência desta nova posição política, abrem-se negociações com os partidos políticos, fundamentalmente para estabelecer a institucionalização duradoura e directa do MFA.-----

---O onze de Março marca o início de um segundo tempo e, simultaneamente, o ponto

de ruptura expressa das Forças Armadas e o ponto de partida para uma situação de crise permanente. -----

--- O MFA desagregado em facções, as Forças Armadas caudilhizadas, os partidos políticos em luta pela apropriação do aparelho do Estado e do aparelho militar, e pela monopolização da “articulação e representação dos interesses sociais, que lhes permita futuramente subalternizar politicamente o MFA”, inoperacionalizam a acção executiva. -
Proclama-se a passagem à revolução socialista, mas, em breve, se demonstraria que, também sobre esta, não existia consenso possível (o Documento de análise política do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves apontava para um socialismo vanguardista, o Documento do COPCON para um socialismo de base, o Documento dos Nove para um socialismo pluralista). -----

--- A derrapagem democrática acelera-se na noite de onze para doze de Março, com a criação do Conselho da Revolução e com a elevação a órgão de soberania da Assembleia do MFA que, até aí, se reunira informal e irregularmente. Todos os partidos políticos com assento parlamentar se dispuseram a “assinar um compromisso político” com vista à inclusão na Constituição das principais cláusulas pretendidas pelos militares. Era a Plataforma de Acordo Constitucional, ou Pacto, que foi assinado a treze de Abril de mil novecentos e setenta e cinco. -----

--- Durante o período de transição previa-se um sistema de governo idêntico ao praticado desde vinte e oito de Setembro de mil novecentos e setenta e quatro. -----

--- A Assembleia Constituinte iniciou, entretanto, os seus trabalhos a dois de Junho. Ainda nesse mês, os seis partidos com assento parlamentar apresentaram os respectivos projectos de Constituição, mostrando os seus textos e fundamentações principais, as grandes diferenças que os separavam e, também, a latitude deixada, apesar de tudo, pela Plataforma de Acordo Constitucional. -----

--- A assinatura do Pacto não impediu que, a oito de Julho, a Assembleia do MFA resolvesse aprovar o “Documento-guia de Aliança Povo-MFA” (esquema da organização política em termos de “poder popular”), em que o Conselho da Revolução

era definido como “órgão máximo de soberania nacional”. -----

---O “Documento dos Nove” responde à nova e preocupante situação. O apoio militar e parlamentar que suscita levaram à queda do V Governo. -----

---A formação do VI Governo não resolve a crise permanente em que o onze de Março lançara o País e potencia o conflito que dilacera a sociedade portuguesa. O País vivia à beira da guerra civil e da desagregação. Os Açores e a Madeira eram claros na recusa à esquerdização político-militar do País, ameaçando, mesmo, com secessão. Eram situações de tensão, reais, a que apenas em vinte e cinco de Novembro se começou a pôr termo.-----

---TRÊS - RECONDUÇÃO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL À SUA VIA ORIGINÁRIA -----

---O vinte e cinco de Novembro, ultrapassadas que foram as pressões tendentes a excluir do jogo democrático certas forças políticas e sociais, procurou reconduzir o processo político à linha constitucional pluralista originária, do Programa do MFA, em diálogo aberto com todas as forças políticas com assento parlamentar.-----

---E fê-lo depois de ter assegurado as condições de paz no interior da colectividade nacional e ter garantido, também, as condições internas necessárias à defesa dos interesses do País perante o estrangeiro. -----

---Conscientes, já na altura, de que as tensões existentes na sociedade portuguesa não permitiam ainda, com segurança, garantir a combinação do “respeito pela legitimidade e pela legalidade e pelas regras” e “o sentido do compromisso” fundamental ao funcionamento estável dos regimes pluralistas, decidiu-se que a instituição militar continuasse a participar no exercício do poder político, até à primeira revisão da Constituição. -----

---A maioria de nós recordará, ainda, a contestação sistemática, não só das decisões do Governo, mas até da própria Constituição, mesmo por entidades e formações políticas responsáveis pela sua elaboração e aprovação. E todos sabemos o perigo que semelhante comportamento representa para a democracia constitucional pluralista.-----

--- Na verdade, sabe-se bem que, como refere Enrique Martin López, quanto maior é a proporção de indivíduos contrários ao sistema de instituições e de valores vigentes: -----
Tanto menor será a força motivacional-ideológica da sociedade; -----
--- E tanto menor será a probabilidade de nela se desenvolverem a responsabilidade social subjectiva, a tolerância e a paz civil.-----
--- Por tudo isto se considerou conveniente, na altura, renegociar a Plataforma de Acordo Constitucional, atendendo à proposta dos partidos PS/PPD/CDS, que justificavam com a alteração das circunstâncias e a necessidade de adaptação “ao curso democrático da revolução, entretanto adquirido”.-----
--- A nova Plataforma é assinada a vinte e seis de Fevereiro de mil novecentos e setenta e seis. Ao predeterminar a lei fundamental à margem da Assembleia constituinte, violou a pureza democrática do vinte cinco de Abril. -----
--- Tratou-se de um facto indiscutível, reconhecido, aliás, na altura. A experiência revolucionária vivida, a sua leitura, considerando a história das experiências revolucionárias nacionais, dava razão à afirmação de que “a elaboração da Constituição não é (nem podia ser) um acto de autodeterminação total”.-----
--- Além disso, no período imediatamente anterior, as relações entre os partidos políticos e os militares, no Continente, faziam lembrar perniciosas situações vividas na Primeira República, reveladoras de uma certa incompreensão da “coisa militar” e do seu papel numa democracia.-----
--- Impunha-se que fosse a própria Instituição Militar a estabilizar-se, sem interferências exteriores incontroláveis, embora pedagógica, estrutural e funcionalmente dependente do poder político legítimo.-----
--- Na verdade, era mais salutar encaminhar as Forças Armadas para a plena normalidade democrática sob a direcção de um Presidente da República eleito, e de um Conselho da Revolução sem verdadeiro poder operacional, do que tentar aplicar, desde logo, o modelo clássico em democracia sem condições suficientes. -----
--- O Conselho da Revolução, que o segundo Pacto MFA - Partidos acolheu, apesar da

sua génese e das suas contradições, revelou-se de alguma importância.-----

---Institucionalizando as duas legitimidades que se discutiam na sociedade, a democrática e a revolucionária, com dominância da primeira, dado o Presidente da República eleito por sufrágio universal ser também o Presidente do Conselho da Revolução, contrariou intolerâncias e, mesmo, antagonismos radicais. Contribuiu, em certa medida, para a pacificação da Nação.-----

---Acabou por revelar-se, também, um elemento unificador e integrado da acção política, dado ter funcionado como uma câmara político-militar, onde ecoavam as preocupações e objectivos das diferentes correntes de pensamento político existentes na Instituição Militar e na Sociedade Civil.-----

---Permitiu ainda que os militares, gradualmente e sem traumas, protegidos objectivamente pelo Conselho, se reconduzissem ao estatuto militar aplicável nas democracias ocidentais.-----

---Lembrando a ancestral idade da presença militar na cena política nacional, natural, dada a condição imperial do País desde finais do século XV, reforçada pelas ditaduras cíclicas, compreende-se melhor a dimensão e qualidade daquele resultado.-----

---A História fará ao Conselho da Revolução, estou certo, a merecida justiça.-----

---A Constituição de vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e seis reafirma, com a inerente dignidade jurídico-política superior, a legitimidade democrática e, apesar das suas contradições, institui um regime constitucional pluralista que acolhe e responde às especificidades dos Açores e da Madeira, e acolhe o municipalismo e o regionalismo. A revisão constitucional de mil novecentos e oitenta e dois devolve inteiramente o poder à Sociedade Civil, ao Estado representativo.-----

---A democracia institucionaliza-se, então, e consolida-se.-----

---**QUATRO - ABRIL NO FUTURO**-----

---Esperanças e obrigações de um povo e de uma democracia-----

---“A memória histórica é mais função do futuro do que do passado”. E a tradição, a autêntica tradição de um povo, consiste, como dizia o Padre Manuel Antunes, “em fazer,

aqui e agora, aquilo que fariam os melhores dos nossos maiores, se vivos fossem”.-----

--- A sociedade é como a vida – mudança. É presente e futuro, portanto. Mas não um presente e um futuro quaisquer, desenraizados, sem continuidade e coerência. Antes, um presente e um devir sensatamente suportados nos grandes valores culturais do nosso povo – valores cristãos também – capazes de aproveitar as experiências alheias consonantes com eles, que permitam, melhor e mais rapidamente, construir o bem comum, assim fortalecendo a liberdade, aperfeiçoando a justiça, acentuando a fraternidade, contribuindo, enfim, para o ideal de dignidade.-----

--- Creio que não se justificaria, pois, continuar a comemorar Abril se o significado da comemoração se confinasse ao acto, localizado no tempo, de derrubar o regime anterior. Nesta perspectiva, comemorar Abril deveria ser tempo e oportunidade de um balanço crítico sobre o nosso grande propósito colectivo, o caminho percorrido, o exame e, mesmo, a definição ou reajustamento de estratégias a seguir para mais rapidamente conseguirmos o reforço da sociedade, pela modernização e pelo desenvolvimento económico e pela integração social. -----

--- Não é o momento para fazer esse balanço, para o qual, aliás, me faltaria a devida competência. Não deixarei, no entanto, de, muito sumariamente, referir que, num curto lapso de tempo – em pouco mais de duas décadas –, aprendemos a viver em democracia e a aceitar a tolerância e compreensão do seu indispensável e diversificado pluralismo. E é de sublinhar que o fizemos num exigente e difícil contexto de convívio, cooperação e competição com o espaço e as situações transnacionais: -----

--- Institucionalizámos, com sucesso, o poder regional nos Açores e na Madeira, e o municipalismo no País;-----

--- Estabelecemos uma saudável e proveitosa cooperação com os Estados de língua portuguesa;-----

--- Realizámos um notável crescimento nos campos económico, político, científico, cultural e, também, e apesar de tudo, social. Na verdade, melhorias significativas introduzimos na nossa vida colectiva, em termos de rendimento, padrões de consumo, de

acesso a equipamentos e serviços.-----

---A dimensão das mudanças operadas na sociedade não podem – não devem – contudo, levar-nos a olvidar que a modernização e o desenvolvimento se encontram aquém do necessário. Na verdade:-----

---Notícias, frequentes, de falhas, disfuncionamento, na administração, na justiça, na educação, na fiscalidade, enfim, em todos os sistemas, mostram bem como a modernização ficou aquém das expectativas e necessidades; -----

---Notícias, recentes e preocupantes, da existência de grandes bolsas de pobreza em Portugal, mostram bem que também o desenvolvimento – de que a modernização é condição necessária, embora não suficiente – não atingiu a dimensão política socialmente razoável. -----

---Assim, certo é, que longa e difícil será a marcha a fazer para que a modernização e o desenvolvimento atinjam os níveis desejados. E não poderemos esquecer que, como diz Touraine, “democracia e desenvolvimento não podem senão viver unidos um ao outro” e que “a democracia tem por efeito principal a redistribuição do Produto Nacional”, que a plena cidadania “supõe a existência do Estado cujo objectivo principal é o reforço da sociedade nacional, ao mesmo tempo pela modernização económica e pela integração social”. -----

---Na verdade, como também diz Rafael Alvira, “Em democracia na medida em que, por princípio, se admitem todas as opiniões e pontos de vista, de facto a unidade popular é dada pela esperança de que a dita unidade produzirá crescimento do benefício material”. E é também nessa fundada esperança que se poderá robustecer a nossa identidade enquanto povo de distinta personalidade, o empenho em preservá-la e afirmá-la no grande espaço europeu, em guardarmos uma consciente e orgulhosa soberania cultural, a única que o futuro aceitará. -----

---Assim, árduo e trabalhoso será levar a bom porto tão indispensável quão urgente tarefa em que, solidariamente, se têm de empenhar, em frutuoso, livre, responsável e competente diálogo, a Sociedade Civil e o Estado. -----

--- Trabalho, este, que exige profundas e ousadas transformações, em que não só o Estado participa, bem desempenhando a sua missão, como, também, a Sociedade Civil, e, nesta, sobretudo, as suas elites e as associações políticas, económicas, culturais e sociais.-----

--- Cabe ao Estado a gestão dessas mudanças históricas que a integração na União Europeia implica, que a evolução pacífica e distintiva da Sociedade Portuguesa exige, e que vão do mercado e suas exigências (das políticas económicas, bons meios de comunicação, alto nível de educação do conjunto da população, bom funcionamento da administração e seus diferentes sub-sistemas), à resolução da crise de representação que afecta o nosso sistema de governo. -----

--- Mas cabe à Sociedade Civil – em especial, às suas elites e às suas organizações – participar empenhadamente em todas as transformações estratégicas, e actuar, também, sobre as maneiras de agir, especialmente naquelas que são “factores bloqueadores do civismo indispensável à participação social e democrática e às que contribuem para o isolacionismo individualista grassante na Sociedade Civil” e que, no dizer de Braga da Cruz, vêm contribuindo para “o declínio da participação social e política”.-----

--- Indispensável é que todos os portugueses – a sua Sociedade Civil e o seu Estado – assumam a sua responsabilidade social, que tem sempre por motivação e objectivo contribuir para preservar e desenvolver a sociedade, com o propósito de deixar, às gerações vindouras, herança maior do que a que receberam e usufruíram. -----

--- A democracia, é preciso construí-la todos os dias, com a vontade, o trabalho, a fiscalização livre dos cidadãos. Construí-la, concedendo ao trabalho, a todo o trabalho honesto e competente, papel de motor, atribuindo à verdade a função fundamental, considerando a justiça como regra e a liberdade como clima, atribuindo à fraternidade, apesar das inevitáveis diferenças e conflitos na sociedade, a função de garante da paz e da unidade entre os homens.-----

--- Uma democracia verdadeiramente plural e aberta, que, como refere Alfredo Cruz Prados, “combine diversas formas de participação”, isto é, na qual, “a par da

participação de indivíduos na configuração de uma elite governante, se conceba como autêntica participação pública a função de instituições sociais, económicas, profissionais e outras”.-----

---A própria representação política, citando ainda Cruz Prados, deve assumir que inclui diversas formas – “não só a individual e ideológica, mas também a institucional e corporativa” – o que significa, finalmente, reconhecer que as instituições “em função das quais o cidadão é representado perante o público são, na verdade, parte integrante da comunidade política”; e que “a natureza de cada uma destas instituições constitui uma dimensão e um ponto de vista relevantes dos assuntos públicos, pelo que devem estar presentes na deliberação comum sobre o que é público”.-----

---Se assim fizermos, e está ao nosso alcance fazê-lo, poderemos, lembrando afirmações de Torga, “ver partir e chegar os veleiros do presente, sem esquecer as caravelas impossíveis do passado”.-----

---Esgotadas as intervenções, eram vinte horas e trinta minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.-----

---E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida, a redigi e subscrevi.

----- **O PRESIDENTE** -----

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO** -----

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO** -----
